

Quando a política e o crime colidiram no Peru

A ascensão e queda do poderoso ex-governador César Álvarez evidenciam a influência de grupos criminosos em governos da América Latina

Lucía Dammert *

10 de fevereiro de 2020

Localizada ao norte de Lima, a região de Ancash, no Peru, é rica em recursos naturais, repleta de uma mistura de depósitos de zinco, ouro e prata. É também a origem da combinação mais notória de governo e crime organizado do país, uma rede que foi supostamente liderada durante anos por César Álvarez, governador de 2007 a 2014.

Conhecido como “a Besta” por causa de sua reputação de violência política, Álvarez assumiu o controle por meio de uma elaborada rede de instituições governamentais e organizações criminosas, extorquindo, ameaçando e ordenando o assassinato de adversários políticos, de acordo com uma investigação do Congresso e uma acusação do Ministério Público peruano. Em 2014, foi emitido um mandado de prisão preventiva e, desde então, ele foi condenado a 14 anos de prisão por envolvimento no escândalo internacional da Odebrecht. (Álvarez negou qualquer irregularidade e em 2018 declarou - da prisão - sua intenção de concorrer novamente a governador).

Como alguém como Álvarez se tornou tão poderoso? Como o crime organizado e a política acabam se misturando? Os primeiros dias de Álvarez na política podem ajudar a esclarecer.

Contador de profissão, Álvarez iniciou sua carreira política na década de 1990. Ele concorreu pela primeira vez em 1998, depois de criar seu próprio partido, o *Movimiento Cuenta Conmigo* (Movimento Conta Comigo, em tradução livre), e também atuou como assessor parlamentar. Mas suas primeiras candidaturas à prefeitura e a uma cadeira no Congresso falharam. Foi apenas em 2006 que ele foi finalmente eleito - surpreendentemente, para o cargo imensamente poderoso de governador.

De acordo com o relatório do Congresso, Álvarez impulsionou o que havia sido uma carreira sem grandes feitos ao fazer pactos com atores lícitos e ilícitos. Assim, ele ganhou não apenas votos, mas também financiamento para sua ascensão política, prometendo (e entregando) contratos públicos e favores judiciais. As organizações criminosas encontraram abertura especialmente por meio do financiamento ilícito de campanhas de políticos locais que os atraíram por meio de clientelismo e laços familiares.

As principais organizações criminosas frequentemente não estão interessadas em ter o poder diretamente. Em vez disso, o que esses relacionamentos oferecem são novas maneiras e redes para lavagem de dinheiro, liberdade para operar em determinadas áreas e expansão regional. Os grupos de narcotraficantes parecem ter ganhado tudo isso e muito mais, por exemplo, no principal porto do Peru, em Callao, que se acredita ser o ponto de partida para a maioria das cerca de 3.000 toneladas de cocaína que o Peru exporta anualmente. Antigos líderes municipais e regionais foram acusados de diversos casos de corrupção e lavagem de dinheiro em conexão com o escândalo da Odebrecht e, posteriormente, foram vinculados a uma rede ilícita de juízes conhecida como Los Cuellos Blancos, a “gangue do colarinho branco”.

Esse caso pode ilustrar outra verdade: quando políticos criminosos são pegos - se é que são pegos - geralmente é por crimes de colarinho branco ou práticas corruptas, em vez de envolvimento em atividades criminosas organizadas. Tem sido notoriamente difícil provar o envolvimento direto de políticos em tais grupos. No entanto, movimentos políticos altamente personalizados, abordagens clientelistas da política e fortes redes familiares nos dão um vislumbre das estratégias usadas por grupos criminosos para obter acesso à política e manter o controle.

O envolvimento precoce de familiares ocorre em quase todos os casos, na maioria das vezes desempenhando funções diretas, como operar negócios ilegais ou empresas de fachada para lavagem de dinheiro ou para expansão territorial.

Em áreas dominadas por indústrias extrativistas, os governos regionais também podem ser cúmplices de graves danos ambientais, permitindo que grupos de mineração e extração de madeira legais e ilegais operem lado a lado.

O caminho para a reforma

A dificuldade em provar uma conexão direta com a atividade criminosa contribui para uma cultura de impunidade, mesmo quando se sabe da existência de vínculos. Uma pesquisa de 2017 da Proética, braço peruano da Transparência Internacional, descobriu que 68% dos peruanos acreditam que a política está “altamente infiltrada” pelo crime organizado.

O problema não é exclusivo do Peru: o crime organizado criou vínculos profundos em governos locais em toda a América Latina. Enfrentar a questão exige, portanto, uma série de esforços de reforma. Primeiro, é preciso garantir a prestação de contas do financiamento de campanhas; segundo, o Estado deve estender sua presença para fora das capitais. É essencial aumentar o financiamento para os esforços anticorrupção em nível regional e treinar as forças policiais para investigações criminais mais complexas. Por último, devem ser levantadas barreiras para excluir da participação política aqueles vinculados a práticas corruptas.

A impunidade criou raízes profundas e essas reformas oferecem uma chance de trazer maior transparência à política regional e, aos poucos, reconstruir a confiança pública.

** Esse artigo é adaptado do relatório especial da Americas Quarterly sobre crime organizado transnacional. O texto original, publicado em inglês, e que teve sua reprodução autorizada, pode ser encontrado no <https://americasquarterly.org/article/the-governor-and-the-gangs-when-politics-and-crime-collided-in-peru/>*

Lucía Dammert

Diretora Executiva do Consórcio Global sobre Transformação da Segurança e professora de Relações Internacionais na Universidade de Santiago do Chile

<https://www.fontesegura.org.br/seguranca-no-mundo1/6m49k57j4c>

